Documento Orientador Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE)

Sugestões para o Planejamento 2018

1. O que é Educação Especial?

Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, concretizada por uma proposta pedagógica que visa a promoção e o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autista, mediante a adoção de alternativas curriculares, metodologias, técnicas e recursos didáticos pedagógicos adequados. Uma prática pedagógica que, somente quando orientada pelo compromisso com o desenvolvimento humano e pela efetivação de direitos, irá identificá-la e qualificá-la como tal, conferindo-lhe a legitimidade de educação especial. Mais que a adoção de uma prática acentuadamente acolhedora e agregadora, ela é uma modalidade educacional que clama pela flexibilidade do professor, na organização de ações capazes de assegurar, aos alunos, oportunidades de desenvolvimento e, como tal, virem a ser atendidos na especificidade das diferenças que o caracterizam. (INDICAÇÃO CEE/CEB nº 70/2007).

2. O que é Educação Inclusiva?

Nas palavras de Carlos Roberto Jamil Cury¹ "trata-se de incluir todos dentro de um espaço considerado imprescindível para o desenvolvimento pessoal e da cidadania".

Podemos afirmar que a Educação Inclusiva busca atender as necessidades educativas de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Segundo Mel Ainscow² a inclusão pode ser compreendida como um processo em três níveis:

[...] o primeiro é a **presença**, o que significa estar na escola. Mas não é suficiente o aluno estar na escola, ele precisa participar.

O segundo, portanto, é a **participação**. O aluno pode estar presente, mas não necessariamente participando. É preciso, então, dar condições para que o mesmo realmente participe das atividades escolares.

¹ Filósofo, educador da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ex-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Professor da Universidade de Manchester, Inglaterra apresenta suas ideias sobre inclusão enquanto processo de aprendizagem.

O terceiro é a **aquisição de conhecimentos** — o aluno pode estar presente na escola, participando e não estar aprendendo.

Portanto inclusão significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com Educação Especial, embora o contemple. Como força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

3. Que benefícios a inclusão traz a alunos e professores?

O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença e essa vivência tende, ao provocar a reflexão, minimizar, no decorrer da vida, as dificuldades para vencer os preconceitos.

Aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor, a inclusão possibilita que ocupem seu espaço na sociedade, a independência e uma vida cidadã.

O maior ganho está em garantir <u>a todos</u> o direito à educação.

4. Como funciona a inclusão de crianças/adolescentes com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autistana rede de ensino estadual? Como é esse processo?

Segundo a Resolução SE nº 68/17, o atendimento a esses alunos acontecerá, preferencialmente, em classes comuns da rede regular, com apoio de serviços especializados que podem ser organizados sob a forma de:

- Salas de recursos nas áreas de deficiência auditiva, física, intelectual, visual ou múltipla e transtorno do espectro autista (o aluno é matriculado em uma classe comum e utiliza a sala de recurso em outro período de acordo com sua necessidade);
- Classe regida por professor especializado em caráter excepcional e transitório para alunos com severa deficiência intelectual ou grave deficiência múltipla, ou mesmo para aqueles que apresentarem comprometimento do aproveitamento escolar em razão de transtorno do espectro autista;
- Classe hospitalar para atender os alunos com necessidades educacionais especiais em função de períodos longos de internação;

A Secretaria de Estado da Educação oferece ainda:

• Serviço Itinerante em que o professor especializado se desloca até a escola em que o aluno está matriculado para oferecer-lhe o atendimento especializado planejado para atender às suas



especificidades. Esse é oferecido quando não há demanda suficiente para abertura de uma sala de recursos;

- Professor Interlocutor, para os alunos com deficiência auditiva, nos moldes da Resolução SE
 nº 8/2016;
 - Transporte Escolar aos alunos com deficiência (Resolução SE nº 27/2011);
- Aceleração de Estudos para alunos com altas habilidades/superdotação (Resolução SE nº 81/2012);
 - Compra de mobiliário adaptado para alunos com deficiência física;

5. Qualquer criança com deficiência pode estudar em uma escola pública da rede estadual de ensino?

Todas as escolas devem receber os alunos com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Todos os alunos têm direito a matrícula na escola estadual. Os pais podem procurar a escola mais próxima de sua casa, solicitando a matrícula de seu filho. Não há restrição de vagas por conta da deficiência.

6. A criança com deficiência, matriculada na escola da rede estadual de ensino, frequenta a sala regular ou a classe regida por professor especializado?

A orientação básica é que todos os alunos sejam matriculados em classes comuns, ou seja, os pais devem procurar a escola mais próxima de sua residência para matricular seu filho. Durante o processo de escolarização, a avaliação da equipe escolar é que orientará o encaminhamento do aluno para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e/ou outros serviços da comunidade, caso se faça necessário.

7. Como é a preparação dos professores, funcionários e diretores das escolas para receber os alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtorno do espectro autista?

A Secretaria da Educação desenvolve um intensivo programa de capacitação, subsidiando o trabalho das equipes de supervisão, dos núcleos pedagógicos das 91 Diretorias de Ensino e professores das respectivas unidades escolares. Esse programa é desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, que realiza outras ações, como:

- Provisão de recursos para os serviços de apoio pedagógico especializado;
- Distribuição de cadernos para escrita em Braille e em tipos ampliados;



- Produção e distribuição de livros didáticos do Programa São Paulo Faz Escola, em Braille e em caracteres ampliados;
 - Ler e Escrever e EMAI em Braille e em caracteres ampliados;
- Orientação via videoconferência, com o objetivo de atingir um número maior de professores
 e garantir a disseminação da informação de forma clara e fidedigna.
- 8. Um professor, da classe comum, sem capacitação pode ensinar alunos com deficiência, altas habilidades e/ou superdotação e transtorno do espectro autista?

Sim, cabe ao professor ser regente de classe, ou seja, sua função é trabalhar o currículo, visto que este é especialista em sua disciplina (matemática, história geografia, arte, etc.). O professor da sala de recursos, ou o itinerante é especializado na deficiência. Uma criança com deficiência intelectual ou com autismo, por exemplo, desenvolve na sala de recursos, com a orientação do professor especializado, as competências e habilidades necessárias para a realização das atividades ministradas na sala comum do ensino regular. No caso de ter um aluno cego na turma, o professor não precisa dominar o Braille, porque quem escreve é o aluno, porém é interessante o professor saber o que o aluno está escrevendo. Sempre lembrando que estabelecer parceria entre os profissionais e com a família é muito importante e produtivo.

9. A escola pode se recusar a matricular um aluno com deficiência por não se sentir em condições de atendê-lo? O professor pode se recusar a lecionar para turmas inclusivas?

Não, cabe às escolas entender o seu papel e a lei, de modo a colocar a inclusão em prática (MANTOAN, 2003).

Segundo a legislação brasileira, não se pode negar, suspender ou cessar a matrícula escolar de qualquer aluno, em escolas comuns, especialmente quando o motivo é a deficiência. Tal conduta colide frontalmente com o disposto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 24 e é tida como crime desde 1989. A pena ao infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

10. Os pais precisam ser avisados que há um aluno com deficiência na mesma turma de seu filho?

Não necessariamente. O importante é contar às famílias, no ato da matrícula, que o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a diversidade.

Altas habilidades e/ou superdotação

O conceito de alunos com altas habilidades *e/ou* superdotação, utilizado, baseia-se na "Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva", publicada pelo MEC em 2008, que define:

"Alunos com altas habilidades e/ou superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse".

Ou seja, as altas habilidades *e/ou* superdotação é um fenômeno multidimensional e complexo, que agrega o desenvolvimento cognitivo, afetivo, neuropsicomotor e de personalidade.

11. Como reconhecer uma pessoa com altas habilidades e/ou superdotação?

Devemos lembrar, sempre, que "alunos com altas habilidades e/ou superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse".

Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua série Adaptações Curriculares, Saberes e Práticas da Inclusão (Brasil, 2004), publicada pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, atribuem os seguintes traços como comuns aos superdotados: alto grau de curiosidade; boa memória; atenção concentrada; persistência; independência e autonomia; interesse por áreas e tópicos diversos; facilidade de aprendizagem; criatividade e imaginação; iniciativa; liderança; vocabulário avançado para sua idade cronológica; riqueza de expressão verbal (elaboração e fluência de ideias); habilidade para considerar pontos de vistas de outras pessoas; facilidade para interagir com crianças mais velhas ou com adultos; habilidade para lidar com ideias abstratas; habilidade para perceber discrepâncias entre ideias e pontos de vista; interesse por livros e outras fontes de conhecimento; alto nível de energia; preferência por situações/objetos novos; senso de humor; originalidade para resolver problemas.

Esses aspectos podem auxiliar o professor a observar seus alunos em sala de aula.

12. Como é feita a identificação por parte dos professores?



Considerando o conceito de alunos com altas habilidades e/ou superdotação utilizado pela SEESP e os traços comuns aos superdotados os professores podem identificar/avaliar se há realmente um desenvolvimento acima da média dos pares de idade e oferecer propostas de enriquecimento curricular que estejam de acordo com os interesses dos alunos.

A identificação pode ser feita pelos professores que atuam diretamente com o aluno, junto com a equipe da escola e, se necessário, contar com o suporte da equipe gestora (Supervisor e PCNP) da Educação Especial, na Diretoria de Ensino.

13. Como orientar os pais?

Estabeleça uma relação de diálogo com a família, pois a mesma pode trazer elementos importantes para o processo de identificação. É comum esses pais perceberem que seus filhos são diferentes desde muito cedo e procurarem esclarecimentos para entender os motivos disso. Vale lembrar que a grande finalidade da identificação é oferecer ao aluno as melhores condições para que possam desenvolver seus potenciais.

Cabe à família apoiar a criança e oferecer um ambiente estimulador também em casa. Se for possível e necessário, procurar recursos da comunidade para que a criança possa desenvolver os talentos para além da escola.

14. O que fazer na escola?

O ideal é oferecer a esse aluno um ambiente de aprendizagem desafiador, para que a criança não perca o interesse pela escola e se sinta desmotivada. Em suma, proporcionar ajuste aos níveis de aprendizagem requerida de acordo com suas habilidades; garantir o aumento de experiências de ensino aprofundado; assegurar o enriquecimento nas experiências curriculares regulares e o engajamento em atividades que despertem o seu interesse.

A participação da família também é fundamental, incentivando e apoiando a criança, auxiliandoa em suas escolhas e oferecendo um ambiente estimulador em casa também.

Transtornos do Espectro Autista - TEA

De acordo com os critérios estabelecidos no DSM V, para ser diagnosticado com uma pessoa com TEA, o indivíduo deve ter os três seguintes déficits:

- Problemas de interação social ou emocional alternativo isso pode incluir a dificuldade de estabelecer ou manter o vai-e-vem de conversas e interações, a incapacidade de iniciar uma interação, e problemas com a atenção compartilhada ou partilha de emoções e interesses com os outros;
- Graves problemas para manter relações Isso pode envolver uma completa falta de interesse em outras pessoas, as dificuldades de jogar/fingir e se engajar em atividades sociais apropriadas à idade e problemas de adaptação a diferentes expectativas sociais;
- Problemas de comunicação não verbal o que pode incluir o contato anormal dos olhos, postura, expressões faciais, tom de voz e gestos, bem como a incapacidade de entender esses sinais não verbais de outras pessoas.

Além disso, o indivíduo deve apresentar pelo menos dois destes comportamentos:

- Apego extremo a rotinas e padrões e resistência a mudanças nas rotinas;
- Fala ou movimentos repetitivos;
- Interesses intensos e restritivos;
- Dificuldade em integrar informação sensorial.

15. Qual a orientação dada ao professor acerca do trabalho a ser desenvolvido dentro da sala comum regular ?

O principal desafio da inclusão de autistas na escola regular é o entendimento de que os comportamentos acontecem em contexto. Por mais que um comportamento pareça não ter motivo, quase sempre este motivo existe. Pode ser um motivo que não faz sentido aos olhos das outras pessoas, mas que claramente faz sentido no universo e nas peculiaridades cognitivas de um autista.

O professor e os demais educadores da escola precisam tentar entender as questões de comportamento do aluno, levando em conta a sua visão de mundo. Não quer dizer que a escola tem de ceder às obstinações e aos gritos, mas, entendendo a razão, fica mais fácil negociar, argumentar, antecipar, usar os recursos visuais e explicar o que está acontecendo para o aluno.

16. Como garantir a permanência e a aprendizagem do aluno autista dentro da escola regular?

Para garantir a permanência desses alunos na escola regular, cabe pensar em diferentes frentes de atuação: no atendimento ao aluno, no acompanhamento à família e na interlocução com os

professores dessas crianças e adolescentes, além de formação continuada a todos os profissionais da escola.

É de fundamental importância, o trabalho de apoio desenvolvido junto aos professores desses alunos, pois, infelizmente, ainda há resistência por parte de alguns professores do ensino regular em relação à inclusão dos alunos com autismo.

Dicas para trabalhar com alunos autistas:

- Respeite o espaço e a individualidade dela.
- O lugar onde será recebida deve ser estruturado;
- previna-a da estrutura do ambiente. Qualquer alteração pode provocar uma crise.
- Quando chegar ao local, ela deve ser recebida (inicialmente e sempre) pela mesma pessoa, cumprimentando-a e chamando-a pelo nome.
- Os locais devem ser bem iluminados

Deficiência Intelectual

Deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo, que cobre uma gama de habilidades sociais e práticas do dia a dia. Esta deficiência se origina antes da idade de 18 anos.

Aspectos do Funcionamento Adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. (Shogren et al, 2010)

Esta concepção de deficiência intelectual, além de envolver as dimensões indica o sistema de apoio necessário de acordo com as condições pessoais, as situações de vida, a faixa etária da pessoa com deficiência intelectual e variam em duração, intensidade. Esse apoio pode ser classificado em:

Intermitente: baseado em necessidades específicas e oferecido em certos momentos por um determinado período (curto-prazo), com características episódicas (a pessoa nem sempre precisa de apoio) e com intensidade variável.

Limitado: consistente, durante atividades específicas, oferecido ao longo de um período (longoprazo), porém com tempo limitado.

Extensivo/pervasivo: apoio regular (diário) em pelo menos alguns ambientes (escola, trabalho, lar) sem limitação quanto ao tempo.

17. Quais são os mecanismos para, ao promover a inclusão de um aluno com deficiência intelectual, garantir o aprendizado dos conteúdos nas escolas estaduais de São Paulo?

A SEESP vem, desde 2001, trabalhando com os profissionais da rede no sentido de capacitá-los para trabalhar com a inclusão de alunos com deficiências.

A inclusão de um aluno com Deficiência Intelectual não exige nenhuma metodologia diferenciada, apenas um trabalho com as adaptações curriculares que, segundo o MEC³, é o conjunto de modificações necessárias, seja nos objetivos, conteúdos, metodologias, atividades, avaliações e temporalidade, para atender as dificuldades no princípio da individualização.

Dicas para trabalhar com alunos com deficiência intelectual:

- A pessoa com deficiência intelectual é aquela que possui um atraso no desenvolvimento. Ela não é doente, apenas tem dificuldade de entender e precisa que as explicações sejam mais detalhadas.
- Não superproteja.
- Ofereça sempre um desafio.
- Ajude sem fazer por ele, pois ele pode fazer sozinho

Deficiência Auditiva

Segundo o Decreto Federal nº 5.296/04, no artigo 5º, §1º, inciso I, letra b), deficiência auditiva pode ser definida como:

"perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz"

Durante as formações e orientações desenvolvidas pelo CAPE, salientou-se a necessidade de os alunos com deficiência auditiva serem atendido em seus direitos, segundo os preceitos da inclusão, que

Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

garantem a valorização da LIBRAS e a necessidade de convivência com seus pares, em idade e em cultura.

O atendimento a esse grupo de diversidade cultural e linguística deve ser organizado, garantindo a troca e convivência entre os alunos surdos.

Foi definido que os alunos sejam distribuídos em grupos de 2 (dois) a 4 (quatro) por sala, com 1 (um) professor interlocutor. Observe-se, ainda, que deverá ser 1 (um) professor interlocutor por série. Deve-se também fazê-lo, tendo como base 3 escolas polo, distribuídas na Diretoria de Ensino, onde se observa ser maior a incidência de alunos surdos.

18. Como orientar o professor interlocutor?

O professor de classe, professor interlocutor e professor de sala de recursos, devem se comportar enquanto grupo cooperativo voltado à disponibilização e acesso do currículo escolar para o aluno com surdez.

PROFESSOR INTERLOCUTOR

Durante a aula:

- Procurar conhecer o conteúdo antecipadamente;
- Organizar as palavras e apoios visuais antecipadamente;
- Apresentar todo o conteúdo em LIBRAS;
- Posicionar-se em frente ao aluno;
- O aluno deve estar nas primeiras carteiras (na frente);
- Quando o aluno fizer uma pergunta ao professor, caberá ao interlocutor transmiti-lá, e o professor da sala de aula deverá respondê-la;
 - Traduzir também a interação dos colegas com o professor;
 - Na classe o professor regente é o responsável pelo aluno;

Fora da sala de aula:

- Apoiar os professores dando dicas de aulas mais adaptadas, marcando os conceitos a cada texto;
 - Apoiar separando materiais visuais para a classe toda;
 - Traduzir, quando necessário, a avaliação que o aluno gravou em LIBRAS, para o professor;
 - Participar do plano de aula da semana;
 - Não retirar os alunos surdos/ deficiência auditiva da classe para dar conteúdos;
 - Não formar um grupo dentro da sala com os alunos com surdez. Ele não é seu;

19. Como se comunicar com um aluno com deficiência auditiva?

Procurar saber, com a família, qual é o tipo de comunicação que esses alunos utilizam no dia a dia, de acordo com a surdez e/ou deficiência auditiva.

Dicas para trabalhar com alunos com deficiência auditiva:

- Quando for conversar com o aluno que utiliza aparelho auditivo, verificar se o aparelho está ligado.
- Usar gestos, tocar o corpo do aluno, escrever, bater devagar na mesa, falar devagar, olhando para ele.
- Fornecer todas as informações ou todas as notícias para o aluno, de forma que ele compreenda (usar todos os recursos disponíveis: gravuras, gestos, expressões).

Deficiência Física

O termo deficiência física se refere "ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema nervoso e o sistema muscular. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida" (MEC/SEESP,2006)

Dicas para trabalhar com alunos com deficiência física:

- Os cuidados são os mesmos oferecidos a todas as crianças.
- Estimular sua independência e desenvolvimento de suas potencialidades
- Devem ser auxiliados quando necessário.
- Se faz uso de muletas ou bengala, procure acompanhar os seus passos.
- Nunca fale com o aluno atrás da cadeira de rodas.

Deficiência Visual



Segundo o Decreto Federal nº 5.296/04, deficiência visual pode ser definida como:

"deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;"

20. Como perceber um aluno com deficiência visual?

É importante que a visão seja mensurada de forma clínica e funcional. Para que se determine clinicamente a deficiência visual é necessário que um médico oftalmologista realize tal avaliação.

No caso da cegueira, o médico oftalmologista é de fundamental importância, tanto quanto na avaliação da baixa visão, já que não é simples se estabelecer os limites do resíduo visual e se pode, por exemplo, cometer equívocos ao se determinar que um aluno é cego, sem que haja uma avaliação precisa e clínica. Em crianças pequenas essa determinação é ainda mais difícil pois não se consegue ter respostas precisas da criança quanto à sua condição visual.

21. Todo aluno com visão subnormal/baixa visão usa lupa?

Se tiver indicação médica, o professor deverá incentivar o aluno a usá-la pois, muitas vezes, ele não faz com vergonha dos colegas.

22. Caso o aluno com deficiência visual não tenha recebido o material escolar (Caderno do aluno, ler e Escrever ou o EMAI), no início do ano letivo, o que o professor deve fazer?

O professor deve solicitar à Diretoria de Ensino o material, e esta deverá pedir ao CAPE.

Dicas para trabalhar com alunos com deficiência visual:

- Orientando sobre as possibilidades de circulação.
- Perguntando se eles precisam de AJUDA.
- O aluno com deficiência visual não é surdo.
- Não o deixe falando sozinho, avise quando estiver saindo de perto.



SURDOCEGUEIRA

A surdocegueira (em baixo está escrito corretamente) é entendida, na literatura especializada brasileira, como uma deficiência única, causada pela perda da visão e da audição, concomitantemente. A forma como se apresenta irá depender da extensão de comprometimento das perdas, podendo ser total ou parcial; afeta a comunicação, a mobilidade, a interação e o acesso às informações.

23. Como se comunicar com um aluno com surdocegueira?

Procurar saber, com a família, qual é o tipo de comunicação que esses alunos utilizam no dia a dia, de acordo com a surdez e/ou deficiência auditiva. Solicitar à Diretoria de Ensino, o profissional mais adequado ao tipo de comunicação que o aluno utiliza, conforme Resolução 08/2016.

24. Qual a orientação para a unidade escolar em relação aos alunos com surdocegueira inseridos na classe comum?

Os professores da sala de aula e de recursos procuram adequar as atividades e o ambiente para favorecer o processo de inclusão da criança surdocega, buscando:

- definir quais são os meios simbólicos utilizados pela criança surdocega para se comunicar (pistas, objetos de referência etc);
- garantir que o ambiente esteja organizado e adaptado para reais necessidades da criança surdocega;
 - auxiliar e encorajar a criança surdocega a manipular os objetos e explorar novos ambientes;
- verificar se os materiais estão adaptados, com contrastes, cores e texturas para que a criança consiga identificá-los;
 - construir com o professor da sala de aula o calendário de atividades e o livro de comunicação;
 - verificar se a iluminação da sala de aula é adequada ou se é necessária uma adaptação.

CLASSE HOSPITALAR

Classe Hospitalar é o atendimento pedagógico oferecido a alunos que estão internados ou em tratamento ambulatorial, para que não percam os conteúdos pedagógicos, dentro do hospital.



A classe hospitalar, fica dentro do hospital, e é vinculada a uma escola da rede estadual de ensino. Sendo a equipe de educação especial da Diretoria de Ensino, responsável pela formação e orientação dos professores dessas classes.

25. O aluno(a) está internado(a) em tratamento no hospital. Quais os procedimentos para não perder o ano escolar?

A SEE disponibiliza o atendimento especializado em Classe Hospitalar. Para tanto, basta a família contatar a equipe do hospital e solicitar informações, tendo em vista que muitos hospitais já têm classes autorizadas para funcionamento. Caso isso não ocorra, basta que a família protocole o pedido de atendimento em classe hospitalar na Diretoria de Ensino na região na qual o hospital se encontra localizado para que a Equipe de Educação Especial faça a interlocução com a equipe do hospital, bem como oriente todos os demais trâmites para a garantia do direito à Educação.

ORIENTAÇÃO GERAL

Sabemos que a falta de compreensão das normas e regras sociais pode levar um aluno com deficiência a tirar a roupa ou masturbar-se em público. A falta de empatia pode fazer com que essa criança ou jovem tente tocar, beijar ou abraçar uma pessoa que não compreende tal atitude. Além disso, o fato de uma criança ou um jovem com deficiência ter dificuldade de se relacionar somado à tentativa de estabelecer um relacionamento amoroso e/ou a rejeição ao contato físico com conotações sexuais pode levar à frustração e resultar em agressividade ou comportamentos auto agressivos. O que fazer para que os comportamentos e manifestações sexuais não se tornem problemáticos?

A orientação sexual para pessoas com deficiência, deve ser um trabalho organizado com diversos objetivos: como, por exemplo, prevenção de gravidez indesejada, transmissão de informações sobre sexualidade, aumento da compreensão sobre o próprio corpo, orientação sobre os códigos do comportamento sexual, melhora do relacionamento com sua família e os profissionais, e o desenvolvimento da identidade.

Para que os comportamentos e manifestações sexuais não se tornem problemáticos, existe a necessidade de investimentos na educação sexual; sempre com a participação dos pais e familiares, pois



é através destes, que há o desenvolvimento psicoemocional e a transmissão de valores para a aquisição de limites.

O educador deve guiar-se por atitudes éticas, verificando com precisão aquilo que a pessoa com deficiência quer saber, interpretando os acontecimentos afetivos sobre sua perspectiva e não a pessoal, lidando com comportamentos inadequados por meio da colocação de limites claros e objetivos, e também por meio de acordos criados pelo profissional e firmados com o aluno e o grupo.

A higiene pessoal e os cuidados íntimos devem ser enfatizados, afinal é uma forma de desenvolver a autoimagem, a autoestima, a capacidade de adequação social e o sentimento de posse do corpo.

Na adolescência os meninos com deficiência precisam ser informados sobre a ejaculação e a polução noturna, orientados sobre os cuidados e limpeza. As meninas necessitam de orientação sobre como lidar com a menstruação e ambos precisam ser informados sobre as mudanças que estão ocorrendo com seus corpos. Nos casos de impossibilidade funcional devido a problemas motores ou em razão de severo comprometimento cognitivo e / ou afetivo os pais devem assumir tais cuidados, ou pedir ao jovem que os realize, com supervisão constante.

A educação sexual deve ser incluída na educação geral, e os recursos pedagógicos poderão ser lúdicos, criativos e desportivos como, por exemplo, os jogos, a música, o esporte, a pintura, modelagem. De modo adequado à idade e ao nível de compreensão, esses podem ser elementos integradores e interativos para trabalhar o corpo, crescimento, diferenças sexuais, rivalidades, atrações, etc.

É essencial enfatizar a importância do relacionamento afetivo dos pais e familiares para um adequado desenvolvimento da sexualidade. A família nuclear representa o protótipo de todos os relacionamentos que a pessoa terá com os outros no decorrer de toda a vida, mais ainda para o aluno com deficiência que precisa ser aceito pelo seu núcleo familiar.

Cabe lembrar que a ambiguidade no comportamento dos pais e profissionais frente à sexualidade do aluno leva a conflitos e atitudes incoerentes de ambas as partes, gerando frustração, dor e muita angústia. Além disso, todas as pessoas, inclusive as com deficiência sentem, desejam, sonham, sofrem e, como qualquer ser humano, necessitam de respostas coerentes às suas solicitações afetivo-sexuais, que favoreçam sua autoconfiança, sua autoestima e seu senso de valor. Portanto, nós é que precisamos libertar-nos dos nossos preconceitos frente à sexualidade humana e proporcionar uma vida com qualidade e respeito às singularidades individuais.

O Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE é responsável pela Educação Especial na Rede Pública Estadual Paulista. Seu trabalho consiste em estabelecer, manter e atualizar uma política pública de atendimento a alunos com deficiência, transtorno do Espectro Autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação em escolas da Rede Pública Estadual Paulista.

Convém destacar que a legislação vigente no país define a educação como direito de todos. Assim, o sistema escolar tem que garantir a matrícula dos alunos que necessitam de um atendimento educacional especializado (AEE), não podendo alegar falta de condições e/ou despreparo dos professores. Para isso deve criar as condições necessárias para o ingresso dos alunos que necessitam de uma educação escolar especializada.

Nas escolas da Rede Estadual Paulista o atendimento deverá ser realizado, preferencialmente, em classes comuns com apoio, no contraturno, de Atendimento Escolar Especializado (AEE), organizados na escola em que o aluno estuda ou em outra unidade escolar.

Alunos com muitas dificuldades cognitivas e de interação, que demandarem apoio muito substancial, em decorrência de severa deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e ou grave deficiência múltipla ou que apresentarem grave comprometimento, comprovados após avaliações pedagógica e multidisciplinar, poderão ser matriculados em Classes Regidas por Professor Especializado (CRPE) ou em instituições especializadas, sem fins lucrativos ou privadas, que obtenham vínculo com a Secretaria da Educação, como parceiras ou contratadas.

Sugestões para Elaboração do Planejamento Escolar 2018

Na medida em que o planejamento dos professores especialistas, que atendem em suas classes alunos público-alvo da Educação Especial, deve ser elaborado considerando as especificidades e necessidades de cada um e, em alguns casos, com professores de Educação Especial, sugerimos, a seguir, algumas atividades de sensibilização dos professores e/ou de toda comunidade escolar Por meio dessas atividades, os professores e a comunidade escolar sentirão as dificuldades que os alunos com deficiência enfrentam nos seus dia a dia. Dessa forma poderão desenvolver uma empatia com os mesmos, o que pode contribuir para um olhar mais sensível e adequado ao planejar suas atividades escolares:

1 - Simular a deficiência visual vendando professores voluntários e convidá-los a circular pelo espaço escolar. Depois abrir para discussão. Cada voluntário vendado deve ser acompanhado por um outro voluntário vidente, que dará apoio e orientações acerca de seu deslocamento, suas dificuldades e para garantir sua segurança durante a vivência.



- 2 Sugerir a limitação motora e auditiva de professores voluntários, para experimentar as dificuldades encontradas por uma pessoa com deficiência física ou auditiva (ex: caminhar com as mãos atadas, com pesos nas pernas, com protetores auriculares e/ou outras situações que possam dificultar a locomoção)
- 3 Pesquisar em livros, páginas da internet, filmes e ou outros meios, nomes de pessoas que, em sua época, se destacaram quebrando paradigmas e superando dificuldades causados pelas suas deficiências. Esses exemplos podem desenvolver nos professores, e em outras pessoas da comunidade escolar, uma empatia com esses alunos.

Como exemplos destacamos:

- Stephen Hawking, físico e cosmólogo inglês, portador de esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença incurável que leva à perda de movimentos e à morte. Para ampliar a discussão:

Filme: A Teoria de Tudo, de 2014. Mostra momentos de sua vida tais como quando descobriu a doença quando estava com apenas 22 anos.

- Dorina Nowil, brasileira, com deficiência visual que criou uma instituição beneficente que atende pessoas com deficiência visual). Informações em www.fundacaodorina.org.br.
 - Ludwig van Beethoven, famoso compositor de música clássica, alemão, com deficiência auditiva)

Filme: O Segredo de Beethoven - Direção: Agnieszka Holland -2006 · Ficção histórica/Filme biográfico · 1h 45m

Pessoas como as citadas, ficaram famosas não por suas inabilidades, mas por seu talento e coragem de enfrentar e vencer os desafios impostos pelas suas deficiências.

Elencamos a seguir recursos disponíveis aos professores que trabalham com alunos da Educação **Especial:**

- Apoio de professores especializados em deficiência física, visual, auditiva, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades ou superdotação e deficiência intelectual;
 - Livros e textos diversos em Braille, em caracteres ampliados, ou em formato digital;
- Tabela periódica e todos os materiais que compõem os programas e projetos da SEE adaptados (Braille e Caracteres Ampliados); cadernos adaptados para alunos com paralisia cerebral ou cegos que utilizam máquina Braille;
 - Mobiliário adaptado (mesas e cadeiras);



- Profissional de apoio para alunos com deficiência física, múltipla ou com TEA que necessitam
 de apoio para alimentação, locomoção e higiene;
- Recursos pedagógicos e equipamentos para atendimento das demandas específicas de cada escola;
- Professor Interlocutor de LIBRAS -videoconferências, webconferências e cursos para que possam realizar orientações técnicas, promover cursos, entre outras às equipes escolares.

Há também as equipes multiprofissionais dos CAPEs Regionais, com formação e capacidade técnica, que podem realizar avaliações dos alunos e apoiar as equipes nas orientações pedagógicas das escolas e das Diretorias Regionais de Ensino.

Lembramos que membros da equipe do CAPE Central pode, por demanda, se deslocar às Diretorias de Ensino para oferecer subsídios e realizar visitas técnicas para os PCNPs, Supervisores, professores e gestores escolares.

Materiais de apoio que podem subsidiar a formação continuada de professores que trabalham com alunos de educação especial:

 vídeos com orientações de especialistas do CAPE, disponíveis na página da Rede do Saber (www.rededosaber.sp.gov.br).

Para assisti-los, abra a página da Rede do Saber, clique no menu à esquerda em Videoteca. Na opção "Selecionar uma busca", selecione a opção "Título" e digite no campo de busca o título que for de seu interesse.

Publicações que podem subsidiara prática diária em sala de aula:

a) Um olhar para as altas habilidades – construindo caminhos (2008).

http://cape.edunet.sp.gov.br/cape arquivos/Um Olhar Para As Altas habilidades.pdf

b) Leitura, escrita e surdez (2005, com 2ª edição em 2009).

http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/leituraescritaesurdez.pdf

c) contexto da Interpretação e da LIBRAS na Escola. Orientação Técnica do Professor Interlocutor. DVD

Livros/textos/publicações enviadas às Diretorias Regionais de Ensino e/ou às escolas da rede:



- a) Conhecendo o Funcionamento Neurológico do Aluno com Surdez e sua Abordagem Pedagógica. DVD.
 - b) PROJETO ASAS Quando a Cidadania vai Além do Direito a Educação (2013).
- c) Diretrizes para a Cooperação Técnica entre as APAEs e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2013).
- d) Diretrizes para a Educação Especial para o Trabalho Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2013).
 - e) Entendendo a deficiência física (2012).
 - f) Deficiência Intelectual: Realidade e Ação (2012).

Atenção:

Consulte o acervo de sua escola e o da Diretoria de Ensino. Se você tiver alguma dificuldade, solicite auxílio do Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico (PCNP) responsável pela Educação Especial de sua Diretoria pois ele poderá orientá-lo sobre os materiais disponíveis e como utilizá-los.

BOM TRABALHO A TODOS.

Equipe Técnica do CAPE

Janeiro de 2018

